



# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073, Centro – Anexo ao Banco do Brasil

Chopinzinho, Paraná - CEP 85560-000

(46) 3242-1686/1407

## **EMENDA MODIFICATIVA Nº 03/2025 À PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 02, DE 12 AGOSTO DE 2025**

**Art. 1º** Acrescente-se § 2º ao art. 32, da Lei Orgânica Municipal nº 02, de 12 de agosto de 2025, com a seguinte redação:

*§ 2º Fica assegurado aos Vereadores o direito ao décimo terceiro subsídio anual, correspondente ao valor de um subsídio mensal.*

**Art. 2º** Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990.

Câmara Municipal de Chopinzinho, digitalmente datado e assinado.

Lídia Posso – Presidente  
Loi Ceni – Vice-Presidente  
Rosani Checelski – Primeira-Secretária  
Jorcélio Farias – Segundo-Secretário  
**MESA DIRETORA**



# Câmara Municipal de Chopinzinho

CNPJ 77.774.511/0001-95

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073, Centro – Anexo ao Banco do Brasil

Chopinzinho, Paraná - CEP 85560-000

(46) 3242-1686/1407

## JUSTIFICATIVA

A presente proposta de Emenda à Lei Orgânica tem por objetivo assegurar aos Vereadores do Município de Chopinzinho o direito ao décimo terceiro subsídio anual, adequando a legislação municipal ao entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal e às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 650.898/RS (Tema 484 da repercussão geral), firmou a tese de que é constitucional o pagamento de décimo terceiro salário e adicional de um terço de férias à agentes políticos, inclusive vereadores, desde que haja previsão em lei local. Assim, o art. 39, § 4º, da Constituição Federal, que estabelece o regime de subsídio em parcela única, não constitui óbice à extensão desses direitos sociais mínimos previstos no art. 7º, incisos VIII e XVII, aos detentores de mandato eletivo, cabendo a cada município, no exercício de sua autonomia, disciplinar a matéria.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por sua vez, tem reiterado que a concessão de tais benefícios aos vereadores depende de previsão expressa na Lei Orgânica Municipal e no ato normativo de fixação dos subsídios, devendo ser observados os limites constitucionais de despesa (art. 29-A da CF) e as regras da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Além disso, o TCE-PR destaca a necessidade de respeito ao princípio da anterioridade, previsto no art. 29, VI da Constituição Federal, de modo que a norma só produza efeitos financeiros a partir da legislatura subsequente.

Cumprir destacar que, embora a presente emenda à Lei Orgânica não gere impacto financeiro imediato, uma vez que apenas cria a autorização local, a efetiva implantação do benefício dependerá da lei de fixação dos subsídios da próxima legislatura. Nesse momento, será obrigatória a elaboração da estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 16 da LRF, contemplando o exercício em que a despesa entrar em vigor e os dois subsequentes, bem como a demonstração de compatibilidade com as leis orçamentárias. Tal exigência é reforçada pela jurisprudência do TCE-PR, que condiciona a validade do pagamento à observância das regras fiscais e dos limites de gasto do Poder Legislativo previstos no art. 29-A da Constituição Federal.

A proposta, portanto, encontra sólido respaldo jurídico e constitucional, garantindo maior segurança normativa e transparência no regime remuneratório dos parlamentares municipais. Também reforça a isonomia em relação a outros agentes políticos e assegura o cumprimento dos princípios da legalidade, da moralidade e da impessoalidade na gestão pública, além de condicionar a execução orçamentária ao estrito cumprimento da LRF.

Dessa forma, a aprovação da presente emenda representa passo essencial para a modernização da Lei Orgânica de Chopinzinho, alinhando-a às decisões da mais alta Corte do País e às orientações do órgão de controle externo, sem descuidar da responsabilidade fiscal e da observância dos princípios constitucionais aplicáveis.



# **Câmara Municipal de Chopinzinho**

**CNPJ 77.774.511/0001-95**

Rua Diogo Antônio Feijó, 4073, Centro – Anexo ao Banco do Brasil

Chopinzinho, Paraná - CEP 85560-000

(46) 3242-1686/1407

---

Diante do exposto, confia-se na aprovação da presente emenda pelos nobres pares desta Casa Legislativa.

Câmara Municipal de Chopinzinho, digitalmente datado e assinado.

Lídia Posso – Presidente

Loi Ceni – Vice-Presidente

Rosani Checelski – Primeira-Secretária

Jorcélio Farias – Segundo-Secretário

**MESA DIRETORA**